



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE BOA VISTA - RR.

**ROMIR GOMES AMORIM**, brasileiro, portador do RG nº 56.999 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iuguslavia, nº 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR, por seu advogado in fine assinado (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205, Telefone (21) 3861-4600 e Fax (21) 2240-9073, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir expostas:

#### **1. DA JUSTIÇA GRATUITA**

O Autor preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7. 510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre na acepção do termo, conforme declaração em anexo.



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

### 2. DOS FATOS

O Autor, em 03 de novembro de 2012, estava sendo transportado na motocicleta Honda/CG 125 Fan, placa NAT 7103, na rua Argentina, no bairro Cauamé, quando o condutor da motocicleta o senhor Rômulo Gomes Amorim, colidiu com um cachorro e caíram, conforme comprova o boletim de ocorrência policial nº 2270/2013 - Delegacia de Acidente de Trânsito, em anexo.

Em razão do acidente, a Requerente ficou com uma debilidade permanente na mão esquerda, conforme comprova a documentação hospitalar que segue em anexo, bem como a perícia médica que será realizada durante a fase de instrução deste processo.

Após o período de tratamento médico, o Autor reuniu toda documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, cujo valor devido é R\$ 13.500,00 (treze mil reais), conforme estabelece a lei nº 6.194/74 após a alteração ocorrida pela lei nº 11.482/07, porém, não apresentou à seguradora requerida, por ser público e notório que a mesma não efetua o pagamento no valor integral e que qualquer pedido na esfera administrativa, resultará posteriormente em uma ação judicial visando o recebimento do complemento do valor devido.

De forma, que por uma questão óbvia, visando receber o valor integral que lhe é devido, o mesmo busca a prestação jurisdicional para garantir o seu direito à indenização do seguro DPVAT.

Cabe destacar inicialmente, que a inaplicabilidade da lei nº 11.945/09 é uma realidade nos Tribunais Pátrios, inclusive no Tribunal de Justiça de Roraima, uma vez que a mesma é materialmente inconstitucional, pois viola princípios constitucionais, bem como afrontou a LC nº 95/98 durante seu processo de aprovação, tornando-se, também, formalmente inconstitucional.

É importante esclarecer que em função de parte do judiciário ignorar a sua inconstitucionalidade pelo controle difuso, a mesma já vem sendo combatida no STF por várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade, em especial a ADI nº 4627, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, cujo relator é o Excelentíssimo Ministro Luiz Fux.

São, sucintamente, os fatos.



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

### 3. DO DIREITO

#### 3.1 DO RITO.

Estabelece o artigo 275 do CPC que observar-se-á o procedimento sumário quando as ações tratarem de cobranças de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução, vejamos:

*Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:*

*II - nas causas, qualquer que seja o valor:*

*e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;*

#### 3.2 DA PROVA PERÍCIAL.

Nas ações de cobrança do seguro DPVAT, o entendimento consolidado pelos nossos Tribunais é no sentido de ser prescindível o exame pericial se existe laudo do IML comprovando os danos sofridos pela vítima, sendo desnecessária a produção de nova prova pericia, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.945/2009. Considerando que o objeto da presente cobertura securitária é o dano sofrido em sua integridade física, em grau capaz de provocar-lhe situação permanente de invalidez, cujo critério de apuração que deve presidir juízo identificador do sinistro coberto por esta modalidade de seguro obrigatório é dado, fundamentalmente, pela definitividade, natureza e gravidade das lesões sofridas pela vítima, as quais se encontram especificadas em tabela constante das normas de acidentes pessoais expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, apresentando diversos percentuais de enquadramento, impossível decidir a presente demanda sem apuração do grau da invalidez. Aplica-se ao caso concreto, as disposições contidas na Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida em Lei 11.945/2009, a qual determina a realização de perícia médica a fim de apurar o grau de incapacidade nos casos de sinistros ocorridos a partir de 16/12/2008. Em face da atribuição conferida pela Lei 11.945/2009 cabe ao Departamento Médico Legal da jurisdição do acidente



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

ou da residência da vítima, fornecer laudo de verificação da existência e quantificação das lesões. **Tendo o agravante juntado laudos periciais realizados junto ao órgão competente (IML de Alegre), conforme documentos de fls.09/12-TJ, desnecessária a realização de nova perícia técnica.** AGRAVO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70042319004, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 19/04/2011) (sem grifos no original)

No caso em tela, o autor não realizou a perícia no IML, pois nesta UF, o laudo do IML não tem sido aceito pelo Poder Judiciário local como prova da debilidade do autor, pois o mesmo não quantifica detalhadamente a lesão da vítima de acidente de trânsito, conforme determina a legislação que regula a matéria. De forma que o mesmo requer a realização da perícia médica durante a fase de instrução processual, e em cumprimento ao estabelecido no art. 276 do CPC, apresenta os quesitos abaixo a fim de comprovar o seu direito.

- A) Há lesão cuja origem seja decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- B) Qual segmento do corpo do autor encontra-se lesionado e qual o percentual do dano?
- C) A lesão sofrida pelo autor apresenta quando definitivo, sem possibilidade de recuperação ao estado anterior?

### 3.3 DO VALOR INDENIZÁVEL.

A Lei nº 11.482/07 que derogou a Lei 6.194/74 estabelece que em casos de invalidez permanente o limite do valor da indenização para o seguro DPVAT é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vejamos:

Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada":

- a) (revogada);
- b) (revogada);



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

c) (revogada);  
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e  
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (NR)

A lei nº 11.482/07 entrou em vigor em 31 de maio de 2007, de forma que os sinistros ocorridos desde aquela data serão regulados por este diploma legal, uma vez que anteriormente a lei nº 6.194/74 que também regula o seguro DPVAT, estipulava que o valor indenizável para os sinistros ocorrido na sua vigência seria de 40 (quarenta) salários mínimos.

Portanto, no caso em tela, observa-se que a legislação aplicável é a lei nº 11.482/07, uma vez que o sinistro ocorreu sob a vigência deste diploma legal.

Considerando que o autor ainda não recebeu nenhum valor administrativamente, conclui-se que o mesmo tem direito a receber ainda R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **3.4 DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI nº 11.945/09 - IMPOSSIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO.**

O art. 31 da lei 11.945/09 que alterou a redação do § 1º e seguintes do art. 3º da lei 6.194/74, estabelece que a invalidez permanente prevista no inciso II deste artigo classificam-se em invalidez permanente total ou invalidez permanente parcial.

O mesmo diploma legal definiu que a invalidez permanente parcial é classificada em completa e incompleta, em razão da extensão das perdas anatômicas ou funcionais da vítima, e que serão apuradas com a realização do exame pericial médico.

Determina ainda que a invalidez permanente parcial incompleta deverá ser enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da lei nº 6.194/74, tabela que foi incluída nesta lei por meio da lei nº 11.945/09, devendo o valor da indenização respeitar o percentual estabelecido na referida tabela, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) quando se tratar de perdas de repercussão intensa, de 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, de 25% (vinte e cinco por cento) para as sequelas de leve repercussão, e de 10% (dez por cento) nos casos de sequelas residuais.



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

Em outras palavras, o que a lei nº 11.495/09 quer dizer é que se uma pessoa teve uma perda funcional parcial completa do joelho terá direito a uma indenização correspondente a 25% do valor máximo previsto na lei (R\$ 13.500,00), conforme estabelece a tabela, o que representaria o valor de R\$ 3.375,00, porém, se a perda funcional parcial for incompleta e de natureza grave, deverá receber apenas 75% dos 25% previsto na tabela, ou seja, R\$ 2.531,25; se for de natureza média receberá 50% dos 25% previsto na tabela, se de natureza leve receberá 25% dos 25% previsto na tabela, e se resultar seqüelas residuais deverá receber apenas 10% dos 25% estabelecido na tabela, ou seja, R\$ 337,50.

### 3.3.1 - DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL

Os artigos 6º e 7º da LC nº 95/98 estabelece que o preâmbulo do projeto/Medida provisória que está em vias de aprovação, indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal, bem como o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, fazendo expressa menção que: "a Lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão", vejamos:

*" Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.*

*Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*

*I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;*

*II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão";*

A lei nº 11.945/09 é decorrente da medida provisória nº 451/2008, que tratava da alteração da tabela de alíquota do imposto de renda, conforme estabelecia o seu preâmbulo, de forma que a inclusão de última hora da matéria relativa ao seguro DPVAT não poderia ter sido inserida na mesma medida provisória, por afrontar o disposto na LC nº 95/98 que prevê que a MP ou projeto que trate de matérias diversas e não conexa deverão estar em MP/Projetos distintos.

A forma como a MP 451/2008 foi editada e conseqüentemente transformada na lei nº 11.945/09, possibilitou, maliciosamente, que a matéria relativa às alterações no valor da indenização do seguro DPVAT, que interessava apenas ao poderoso grupo econômico das Seguradoras, pegasse "carona" na medida



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

provisória que tratava do imposto de renda, aproveitando-se assim da urgência daquela matéria que estava sendo discutida no legislativo federal.

Portanto, clara a inconstitucionalidade formal da nova redação dada ao artigo 3º da Lei 6.194/74, e da tabela que gradua o valor da indenização, uma vez que na elaboração da medida provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, não foi observada à lei Complementar nº 95/98.

### 3.3.2 - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

A MP nº 451/2008, convertida na lei nº 11.945/2009, que alterou a lei nº 6.194/1974, desampara as vítimas de acidente de trânsito, e pior, ofende a dignidade destas ao "lotear" o corpo humano, estabelecendo, valores ínfimos para as partes do corpo, por exemplo: de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) em caso de debilidade permanente no dedo, pois determina que o lesionado poderá receber apenas 25% dos 25% previsto para aquele membro.

Ora, se pagar 25% de 13.500,00 para perda de um membro já é um absurdo, imagina pagar 10% dos 25% como determinar a lei nº 11.945/09.

A MP nº 451/2008, transformada na lei nº 11.945/2009 veio LEGITIMAR O INTERESSE DAS SEGURADORAS, uma vez que as mesmas nunca pagaram, via administrativa, o valor integral previsto no art. 3º, alínea "b" da Lei nº 6.194/74, que muito antes da aprovação do referido diploma legal já aplicava abusivamente uma tabela de cálculo de indenização (Loteamento do Corpo Humano), elaborada aleatoriamente pela FENASEG.

Parte do Judiciário pátrio, inclusive o TJRR, que não está se deixando influenciar pelo interesse dos grupos econômicos formados pelas seguradoras já vem se posicionando pela não aplicabilidade da tabela instituída pela lei nº 11.945/09, vejamos:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.**

1. Quantificar a indenização securitária relativa ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado



# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

fere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.

2. O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido Sentença reformada em parte.

**(APC nº 0010.08.908440-3 - TJRR - Relatora: Juíza Convocada Elaine Bianchi, publicado no DPJ nº 4629 de 7/7/2011, pág 33/34).**

ENUNCIADOS Nº 26 DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.

26- Não se aplicará a tabela anexa da lei nº. 11.945/2009 porque infringe o princípio da Dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).

### **3.3.2.1 - DA VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO PROMOVER O PARCELAMENTO DO CORPO HUMANO**

O ordenamento jurídico é um sistema destinado a proteger e resguardar não somente os direitos, mas também os valores norteadores da sociedade. Não é, por outra razão, que busca-se, envolver uma gama de preceitos com o escopo de proteger os direitos de personalidade e preservar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Os operadores do direito, notadamente aqueles que litigam na área do Seguro Obrigatório estão familiarizados - e escandalizados - com a forma pela qual a Seguradora Líder conduz um acordo nos "mutirões" de Seguro DPVAT.

Uma debilidade na clavícula, no braço, no pé, é um valor, pouco importando a extensão que a debilidade acarretou em sua vida profissional e pessoal. Enfim, trata-se de uma aplicação mecânica de uma legislação viciada, em que membros do corpo são quantificados e pagos pela seguradora, e muitas vezes contando com o apoio daqueles que deveriam afastar a referida legislação e fazer justiça.

Distante de qualquer senso de dignidade, a imposição do tabelamento do corpo humano como se cada parte tivesse um valor,





# CLAYBSON ALCÂNTARA

## OAB/RR 505

---

afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, pois uma pessoa não pode ser rebaixada a um animal em um açougue, em que se atribui um valor a uma alcatra ou a um contra-filé.

A dignidade da pessoa humana não pode ser rebaixada a ponto de se permitir que a lei 11.945/09 - influenciada pelos *lobbies* das seguradoras - promova o loteamento do corpo humano, de forma mecânica, fria, ausente de qualquer juízo de humanidade e dignidade, a ponto de comparar-nos a meros bovinos.

#### 4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1) O deferimento dos benefícios da Justiça Gratuita, haja vista a condição financeira do Autor (declaração em anexo);

2) a citação da Requerida, para caso queira, responder no prazo legal os termos desta ação;

3) a inversão do ônus da prova nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC;

4) que o pedido do autor seja julgado PROCEDENTE, com a condenação da Ré ao pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária e juros de mora a contar da citação, referente à complementação do valor devido pelo seguro DPVAT, haja vista a impossibilidade da aplicação tabela criada por meio da lei nº 11.945/09 em razão da sua inconstitucional formal e material.

5) a condenação da Ré em honorários advocatícios no importe de 20% do valor da condenação.

Protesta provar o alegado por todos os meios probatórios permitidos em Direito, especialmente, documental.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,  
Pede e espera deferimento.

Boa Vista - RR, 14 de maio de 2013.

**CLAYBSON ALCÂNTARA**  
**OAB/RR 505**



CLAYBSON ALCÂNTARA  
OAB/RR 505


PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

**OUTORGANTE:** ROMIR GOMES AMORIM, brasileiro, portador do RG nº 56.999 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iuguslavia, nº 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR.

**OUTORGADO:** CLAYBSON CÉSAR BAÍA ALCÂNTARA, brasileiro, casado, advogado, OAB/RR 505, com escritório profissional localizado na Rua Professor Diomedes, nº 66, sala 2 – Centro, Município de Boa Vista-RR, Tel. (95) 3623-1965.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a outorgante constitui e nomeia seu bastante procurador o outorgado, a quem confere amplos poderes para requerer administrativamente o pedido da indenização do seguro DPVAT, bem como propor a ação judicial de cobrança do seguro DPVAT, caso haja pagamento em valor inferior ao devido, devendo acompanhar até decisão final, interpondo, caso necessário, e por sua convicção, os recursos, meios, institutos e remédios jurídicos permitidos em lei, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordo, receber alvará de levantamento de valores, e dar quitação total ou parcial de obrigações, bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel desempenho deste mandato, inclusive, extrajudiciais, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios e desdobramentos de qualquer natureza, e ainda, perante qualquer pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural. Podendo ainda, o outorgado, substabelecer a presente em outra de igual teor e validade, a quem lhe convier, com ou sem reservas de iguais poderes.

Boa Vista-RR, 14 de janeiro de 2013.

  
ROMIR GOMES AMORIM

## DECLARAÇÃO

Eu, **ROMIR GOMES AMORIM**, brasileiro, portador do RG nº 56.999 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 164.124.602-25, residente e domiciliado na Rua Iuguslavia, nº 403, Bairro Cauamé, Município de Boa Vista-RR, DECLARO para os devidos fins de direito, que não disponho de recursos suficientes para fazer frente com as custas/despesas processuais e honorários advocatícios, por ser pessoa pobre na forma da lei, declarando ainda que caso esta declaração não seja expressão da verdade, fico sujeito as penalidades previstas no art. 4º da Lei nº. 1.060/50 e art. 299 do CPC.

Por ser verdade, firmo a presente.

Boa Vista-RR, 14 de janeiro de 2013.

  
**ROMIR GOMES AMORIM**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Rome Gomes Amorim*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 66799

NOME *ROMIR GOMES AMORIM* 10032

FILIAÇÃO *ROMIR GOMES AMORIM*

DATA DE NASCIMENTO *01/02/1964*

SEXO *M*

ENDEREÇO *AV. BRASIL 1070 FLS 200 LIT 10*

CIDADE *BOA VISTA*

UF *RR*

DATA DE EMISSÃO *01/02/1964*

DATA DE VALIDADE *01/02/1984*

LCI Nº 7.118 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Numero da Inscrição  
**164.124.602-25**

Nome  
**ROMIR GOMES AMORIM**

Nascimento  
**01/02/1964**





**POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA**  
**DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - DAT**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 2270**

**ANO: 2013**

**Registrado às 10:40**

**COMUNICANTE: ROMIR GOMES AMORIM**

**RG: 36999**

**O. EXP.: SSP/RR**

**CPF: 164.124.602-25**

**PROFISSÃO VENDEDOR**

**IDADE: 49**

**ENDEREÇO: RUA: YUGOSLAVIA Nº 403**

**BAIRRO: CAUAMÉ**

**CIDADE: BOA VISTA**

**NACIONALIDADE: BRASILEIRA**

**SEXO: M**

**NATURALIDADE: BOA VISTA**

**ESTADO: RR**

**DATA DE NASCIMENTO: 01/02/1964**

**GRAU DE INSTRUÇÃO: ENS. MÉDIO COMPLETO**

**ESTADO CIVIL: DIVORCIADO(A)**

**TELEFONE: 95-9119-9245**

**Nº REG CNH:**

**NOME DO PAI: RAFAEL GERVÁSIO DE AMORIM**

**NOME DA MÃE: MARIA CONSOLAÇÃO GOMES DA SILVA**

**Senhor Delegado, venho a presença de Vossa Senhoria comunicar que por volta de**

**19:00**

**do dia 03/11/2012 no Bairro**

**CAUAMÉ**

**à**

**RUA: ARGENTINA**

**aconteceu o seguinte fato:**

INFORMOU QUE ESTAVA TRAFEGANDO NO ENDEREÇO ACIMA CITADO, QUE ESTAVA NA GARUPA DA MOTOCICLETA Marca/Mod: HONDA/CG 125 FAN, Placa: NAT7103, Chassi: 9C2JC30708R549929, PROP: O COMUNICANTE, SENDO CONDUZIDA POR RÔMULO GOMES AMORIM, SEGUNDO NOS RELATOU QUE BATERAM EM CACHORRO E ACAÍRAM. É O RELATO.

**NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE COM DANOS MATERIAIS E LESÕES CORPORAIS**

**OBSERVAÇÃO: Comunicante, vítima de Lesão Corporal, terá o prazo de até 6 (seis) meses para representar criminalmente contra o Autor do Fato, a contar da data do fato (PRAZO DECADENCIAL)**

**EDÉSIO CARDOSO DE SOUSA FILHO**  
Agente de Polícia

**ROMIR GOMES AMORIM**  
Comunicante

**BO registrado no dia: 14/05/2013**

**Despacho(s) da Autoridade Policial:**

- ☐ Fato Atípico. ARQUIVE-SE;  
☐ Aguarde-se Representação Criminal;  
☐ Imprima-se Sumário(s) de CNH e/ou Veículo(s) envolvido(s)  
☐ Aguarde-se novos fatos...  
☐ Intime-se o Comunicante;  
☐ Lavre-se TCO, pelo crime previsto no Art. \_\_\_\_\_ do CTB;  
☐ A(o) \_\_\_\_\_, para providências;  
☐ Após PRAZO DECADENCIAL, ARQUIVE-SE.

**( ) Outras Providências:**

**Delegado de Polícia**



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAAR / PSFE  
AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO

1200044663	05/11/2012 12:48:22	FICHA DE ATENDIMENTO		CLINICA MEDICA	MANHA 07-13	170
Paciente	Data Nascimento		Idade	CNS	CPF	Prontuário
ROMIR GOMES AMORIM	01/02/1964		48 A 9 M 4 D	898003216923039	16412460225	00065981
Tipo Doc	Documento	Órgão Emissor	Data Emissão	Sexo	Estado Civil	Raça/Cor
Ignorado	56999	SSP/RR		M	Solteiro(a)	Parda
Mãe	Pai					
MARIA DA CONSOLACAO GOMES	RAFAEL GERVASIO AMORIM					
Endereço	Contatos					
RUA - IUGUSLAVIA - 403 - CAUAME - BOA VISTA - RR	Cel: (95) 9119-9245 - -					
Class. de Risco	Plano Convenio	N da Carteira	Validade	Autorização	Sis Prenatal	
A	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
Motivo do Atendimento	Carate do Atendimento	Profissional do Atend.	Procedencia	Temp.	Peso	Pressão
SPA - PRONTO ATENDIMENTO	Urgência					
Sector	Tipo de Chegada	Procedimento Sol.	Registrado por:			
PRONTO ATENDIMENTO	DEMANDA ESPONTANEA		alvina			
Queixa Principal						
<input type="checkbox"/> Síndrome Febril <input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório <input type="checkbox"/> Suspeita de Dengue						
Do nos costelas						
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - __: __h)						
Do gradil costal Depois que da moto ha 02 dias						
Exame Físico						
BFG, eufórico, euvêmico e dor em gradil costal						
Hipótese Diagnóstica						
Fratura nos costelas						
SADT - Exames Complementares						
<input checked="" type="checkbox"/> RAO - X <input type="checkbox"/> ULTRA-SON <input type="checkbox"/> TC <input type="checkbox"/> SANGUE <input type="checkbox"/> URINA <input type="checkbox"/> ECG <input type="checkbox"/> OUTROS:						
Prescrição		Aprazamento		Observação		
Depressão 2mg 13/55				HOSPITAL GERAL DE RORAIMA Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N Pórtico Tel. (95) 2121 AUTENTICAÇÃO 21 JAN 2013 Celso e Dou Fe que a Presente Cópia é Fiel Reprodução do Original		
Condição						
<input checked="" type="checkbox"/> Alta por Decisão Médica <input type="checkbox"/> Alta a Pedido <input type="checkbox"/> Alta a Revelia <input type="checkbox"/> Transferência para:		<input type="checkbox"/> Ambulatorio <input type="checkbox"/> Observação (Até 24h) <input type="checkbox"/> Internação Data e Hora da Saída/Alta:				
Óbito						
Antes do 1º Atendimento?		Destino:				
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> IML Anatomia Patológica				
Assinatura do Paciente ou Responsável				Carimbo ou Assinatura do Médico		

[illegible]

DE TRAGARR

© 2006 The Authors







424-9710

## DADOS DO PROCESSO

Processo nº 0714686-56.2013.823.0010 ( 72 dias em tramitação ) [Gerenciar Marcadores](#) | [Marcar](#) | [Desmarcar](#)

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
<b>Juízo:</b>	5ª Vara Cível de Boa Vista	<b>Juiz:</b> MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI	
<b>Assunto:</b>	DIREITO CIVIL		
<b>Complementares:</b>	Seguro « Contratos de Consumo « DIREITO DO CONSUMIDOR		
<b>Classe:</b>	Procedimento Sumário « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
<b>Segredo de Justiça</b>	NÃO		
<b>Fase Processual:</b>	CONHECIMENTO	<b>Objeto</b>	<b>OBJETO NÃO CADASTRADO</b>
<b>Situação:</b>		<b>Data de Distribuição</b>	31 de Maio de 2013 às 17:45:45
<b>Valor da Causa:</b>	R\$ 13.500,00	<b>Último Evento</b>	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação
<b>Cartório Extrajudicial:</b>		<b>Prioridade</b>	
<b>Petições P/ Analisar:</b>	1 juntada(s)	<b>Prazos Para certificar em Vara</b>	0 intimações 0 cumprimentos do cartório
DPVAT 3			

## Destacar movimentações realizadas por:

 <b>Magistrados</b>	 <b>Secretaria</b>	 <b>Advogados</b>	 <b>Ministério Público</b>	 <b>Cartórios Extrajudiciais</b>	 <b>Turma Recursal</b>	 <b>Outros</b>
--	---	--	---	---	---	---

## Navegar pelo Processo

Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
10	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação	12/08/2013 03:26	Advogado	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES	
				<b>Data inclusão:</b> 12/08/2013 03:26	<a href="#">1101098 CONTESTA?AO.pdf</a>
				<b>Data inclusão:</b> 12/08/2013 03:26	<a href="#">PROCURA??O E ATOS CONSTITUTIVOS - L?DER.pdf</a>
<b>Arquivos:</b>					
				<b>Ass.:</b> ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES	



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – RORAIMA**

Autos nº **0714686-56.2013.823.0010**

Requerente: **ROMIR GOMES AMORIM**

Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), com escritório no endereço abaixo impresso, onde recebem intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar:

---

**CONTESTAÇÃO**

---

à pretensão indenizatória aforada por **ROMIR GOMES AMORIM**, lastreadas fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

**RESUMO DA INICIAL:**

.....

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em **03/11/2012**.

Em decorrência do acidente, pleiteia indenização até o limite de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Destarte, a pretensão esboçada pela parte autora não merece prosperar pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

**1. DO MÉRITO:**

.....

**DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E DA  
CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.945/09**

A parte autora alega que o tabelamento de indenização de acordo com o grau da lesão ofende o princípio da dignidade da pessoa humana e por isso seria inconstitucional.

Entretanto, **o seguro DPVAT não é uma exigência derivada de tal princípio constitucional.**

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



Com efeito, a densificação da dignidade da pessoa humana passa pela delimitação de um mínimo existencial.

Sobre o assunto, **Ingo Wolfgang Sarlet**, faz a seguinte advertência:

| A dignidade não pode ser como o "espelho no qual todos veem o que desejam".<sup>1</sup>

**A existência digna, está intimamente ligada à prestação de recursos materiais essenciais**, devendo ser analisada a problemática do salário mínimo, da assistência social, da educação, do direito à previdência social e do direito à saúde e não do seguro DPVAT.

**Desta forma o respeito à dignidade humana estaria ligado a** educação fundamental, a saúde básica, a assistência dos desamparados e o acesso à justiça fazem parte do mínimo existencial da dignidade da pessoa humana e não ao recebimento de seguro obrigatório.

Assim, ainda que de forma extremamente concisa e direta, afigura-se latente que o Seguro DPVAT não se enfeixa no núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana.

É imperativo que se aplique a Tabela da Susep, para sinistros ocorridos na vigência da Lei 11.842/07, da MP 451/2008 e da Lei 11945/09, para que não haja juízo de valor. O Relator Daniel Ribeiro Lagos, 2ª Vara Cível, Apelação nº 10000220070046555 do TJRO, assim ratificou:

Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização. Grau de incapacidade. Percentual. Tabela da SUSEP. A verba indenizatória do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente é determinada de acordo com o grau de incapacidade, observando-se os valores percentuais descritos na tabela de acidentes pessoais instituída pela SUSEP.

Ainda, acerca da constitucionalidade da lei, há que se destacar o julgado do Excelentíssimo Relator Desembargador *Jaime Luiz Vicari*, ao proferir acórdão em sede de apelação n. 365732 SC 2010.036573-2:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO. RECURSO DO SEGURADO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS ALTERAÇÕES DA LEI N. 11.482/2007 À LEGISLAÇÃO ORIGINÁRIA DO DPVAT. **OFENSA À CARTA MAGNA NÃO CONFIGURADA**. TESE DE REJEIÇÃO DO ARGUMENTO MANTIDA. (...) Entretanto, as alegações do recorrente não procedem. É que a Lei n. 11.482/2007, aplicável aos sinistros ocorridos a partir da vigência da MP n. 340, de 29-12-2006, de forma alguma afronta o princípio da dignidade humana. Somente impõe um valor máximo para a indenização do seguro DPVAT sem torná-lo irrisório ou desproporcional ao fim a que se destina, como alega o recorrente. (...) Assim, mantém-se a rejeição à tese de inconstitucionalidade da Lei n. 11.482/2007.

<sup>1</sup> Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p.

<sup>1</sup> POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

<sup>2</sup> FONSDECA, Rodrigo Garcia

<sup>3</sup> Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



Desta feita, não há que se falar em ofensa a dignidade humana, muito menos na inconstitucionalidade da lei 11.8482/07 e da Medida Provisória n.451/2008, convolada na Lei 11.945/2009.

Pelo exposto, requer seja desconsiderado os argumentos da parte autora quanto à a ofensa a dignidade humana e inconstitucionalidade da aplicação das tabelas como base para auferir grau à lesão.

### **DA LEGISLAÇÃO VIGENTE – CONSOLIDAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ**

A Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida em Lei 1.194/2009, alterou o texto inicial Lei 6.194/74 que instituiu o seguro DPVAT no ordenamento jurídico.

A evolução da legislação através das alterações supramencionadas, surgiu com intuito de estabelecer critérios objetivos para o pagamento das indenizações por invalidez permanente, balizando a valoração das indenizações com base na tabela, em anexo à Lei 11.945/09.

Destaca-se que a regulamentação trazida pela nova legislação tem como condão garantir a isonomia e a sustentabilidade do sistema DPVAT, tratando cada sinistro como único, cada indenização de acordo com a efetiva lesão sofrida.

De maneira a resguardar os princípios da legalidade e da proporcionalidade, bem como dar azo à segurança jurídica inerente à promulgação da lei que rege a matéria, o Superior Tribunal de Justiça exarou a Súmula 474/STJ, conforme demonstrado a seguir:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Desta feita, em caso de suposta condenação, a quantificação da indenização, em decorrência da legislação vigente, deve respeitar a proporcionalidade da eventual lesão suportada pela parte autora.

### **DA FALTA COMPROVAÇÃO DOS DANOS AFIRMADOS PELA REQUERENTE E NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA**

É indispensável à exata indicação do grau de invalidez para se obter a indenização do seguro obrigatório DPVAT até teto máximo fixado em lei.

Porém, os documentos trazidos pela parte autora mas não demonstram o grau em que a lesão se deu, ou seja, estamos diante de um laudo inconclusivo.

Sobre o pagamento proporcional à invalidez há posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



**STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUÍZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.** Reclamação sob o viés uniformizador da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

Portanto, resta claro e evidente a necessidade de realização de perícia para graduar a lesão sofrida pelo autor.

### **DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.**

Na remota hipótese de a Ré ser condenada no pagamento de indenização, e, caso Vossa Excelência ainda entenda que a aplicação dos juros é devida, que seja o termo inicial da incidência a data da citação da Ré, conforme disposição expressa da Súmula 426 do STJ:

**Súmula n.º 426 do S.T.J: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.**

Neste mesmo sentido, a data do início da correção monetária deverá incidir tão somente da data da propositura da presente demanda, tal como estatuiu a Lei nº 6.899/81 em seu Art. 1º, § 2º.

Assim, face às argumentações anteriormente esposadas, deverá ser observada a data início da correção monetária e juros moratórios.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.**

Denota-se, que a Requerente pleiteia o benefício da justiça gratuita, nesse passo, cumpre frisar que a Lei nº 1060/1950, determina que os honorários de sucumbência não poderão ultrapassar o patamar de 15%, nos termos do artigo 11 da referida lei.

## **2. DO REQUERIMENTO**

Diante do exposto, requer:

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



- a. Sejam julgados integralmente improcedentes os pedidos da parte autora pelos argumentos apresentados através dos fundamentos, legislação, doutrinas e jurisprudências;
- b. Caso entenda Vossa Excelência a pertinência de realização de exame pericial na parte autora para se constatar a suposta gravidade da lesão e sua extensão, que seja expedido ofício ao IML da residência do mesmo para sua efetivação, reservando-se o direito da Ré em apresentar assistente técnico e quesitos;
- c. Pela eventualidade, em caso de condenação, que a mesma seja **obrigatoriamente** mensurada de acordo com a tabela trazida no anexo da Lei 11.945/09;
- d. Sejam desconsiderados os argumentos da parte autora quanto à inconstitucionalidade da aplicação das tabelas como base para auferir grau à lesão e da lei do DPVAT.
- e. Juros de mora a partir da citação, correção monetária tendo como termo inicial a data da propositura da demanda e honorários de sucumbência limitados a 15% do valor da causa.
- f. "Ad cautelam", requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos.
- g. Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, OAB/RR nº 393-A.

***Nestes termos, pede deferimento.  
Rio Branco, 9 de agosto de 2013.***

**Álvaro Luiz da Costa Fernandes**  
**OAB/RR nº 393-A**



Florindo Silvestre Poersch  
OAB/AC nº 800

## QUESITOS

1. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente de caráter definitivo?
2. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
3. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
4. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado nos termos da legislação vigente?

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.



5. Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
6. Sendo negativa a resposta ao item "5", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

1 POLETTI, Ronaldo. Controle de Constitucionalidade das Leis, Rio de Janeiro, Forense, 2000, p. 111

2 FONSDECA, Rodrigo Garcia

3 Cf. Parecer nº SR-92, in Pareceres da CGR, Janeiro-Junho/89, Brasília-DF, vol. 100, p.181.





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Drs. **ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonete, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser

R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205  
Tel 21 3861-4600  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011

  
MARCELO DAVOLI LOPES

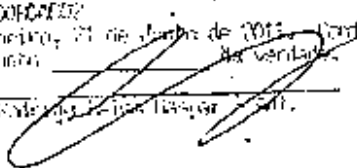
  
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

Eu, Leiliane Carlos Alberto Firmin Duveira,  
Vida do Cartão, AS - Centro - Rio de Janeiro, 2107-3900, Reconheço  
por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO  
BARBOSA NORTON

Revista OABRJUNHO/2011

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011. Cart. Servente

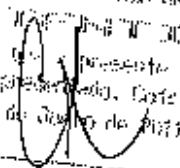
Em testemunha da verdade.

  
Leiliane Carlos Alberto Firmin Duveira

Cart. Servente  
302.1 - 114473  
Total



Eu, Leiliane Carlos Alberto Firmin Duveira,  
Vida do Cartão, AS - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tels: 2107-3900  
Reconheço por semelhança a seguinte cópia a reprodução fiel do  
original que foi apresentado, Data 06/06/2011. Conf. por  
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011.

  
Cassio Pinheiro

Servente  
302.1 - 114473  
Total  
4.17  
4.18  
4.90







[illegible]



## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Este fichero de edición electrónica fue creado el 11 de febrero de 2006

ATAS, CERTIDÕES E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associacões, Sociedades e Firmas

FOR DE RIG DAA OTHER PARTICIPATION 3A  
WIRE 3330000000  
CABLE 3330000000

[illegible]REGULACAO LEI DOS CONDICOES  
DO NEGOCIO OPVAT S.A.

உயர்நீதிமன்றம் ஈதல் தீர்மானம் பற்றி உத்தரவு  
 பிறப்பித்திருக்கிறது.

PAGE 17

ATA DA REUNIAO DO CONSELHO DE  
ED. E L. DE 27/05/2014 PÁG. 20 DE 22.[illegible]

## SUMÁRIO

### Atas.-Carlidges : Demonstrator

**Asociaciones:** *Vericordados e Eritras*

Author's Address: Editor's Address: Translator's Address:

Ascomycetes, Basidiomycetes &amp; Fungi

ರಾಜ್ಯದ ಈ ಸಿಬ್ಬಂದಿಯು ಒಂದು ಸಿಬ್ಬಂದಿಯಾಗಿದೆ.

[illegible]

M. JEFFREY

WILSON, JONS OFFSHORE SUP

**“ദേവ റാജാ-മഹാമുഖം”**

[illegible]



## CHECK LIST - MUTIRÕES DPVAT

ESCRITÓRIO : POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS		DATA DA AUDIÊNCIA : 26/11/13	GPROC: 1101098	
ESCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> O MESMO ( ) OUTRO				
S VC <input checked="" type="checkbox"/> VC ( ) JEC ( ) TJ COMARCA : BOA VISTA UF: RR				
DADOS DO PROCESSO				
AUTOR	NOME: ROMIR GOMES AMORIM			
	<input checked="" type="checkbox"/> VÍTIMA ( ) BENEFICIÁRIO ( ) REP. LEGAL			
PROCESSO	0714686-56.2013.823.0010			
VÍTIMA	NOME: ROMIR GOMES AMORIM			
	( ) INCAPAZ ( ) MENOR			
OBJETO	( ) MORTE ( ) INVALIDEZ ( ) REEMBOLSO DE DAMS		DATA DO SINISTRO: 03/11/2012	
INVALIDEZ PERMANENTE				
LAUDO NOS AUTOS?	( ) NÃO ( ) IML ( ) JUDICIAL ( ) PARTICULAR ( ) MUTIRÃO ANTERIOR ( ) OUTROS:			
LESÃO APURADA NO LAUDO ANTERIOR AO MUTIRÃO:	( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%			
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:	1. <u>osteia</u> <input checked="" type="checkbox"/> 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100% 2. ( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100% 3. ( ) 10% ( ) 25% ( ) 50% ( ) 75% ( ) 100%			
EMPRESA MÉDICA	( ) ATPE <input checked="" type="checkbox"/> CNIS ( ) MS MOZES ( ) IMEP ( ) SALEK ( ) EXTRAMED ( ) ACE ( ) SAUDESEG			
<b>MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO DPVAT</b>	ACORDO		MOTIVOS PARA NÃO REALIZAÇÃO DO ACORDO	
	( ) SIM	Valor Total do acordo: <u>R\$ 1350,00</u>	( ) AUTOR NÃO COMPARECEU	( ) LITISPENDENCIA
		R\$: <u>1485,00</u>	( ) NÃO ACEITOU PROPOSTA	( ) SINISTRO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE
			( ) ILEGITIMIDADE ATIVA	( ) PRESCRIÇÃO
			( ) VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO	( ) VÍTIMA SOFREU O ACIDENTE MAS NÃO HÁ LESÃO
			( ) SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS AUTOS	( ) SINISTRO NÃO É DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO
	( ) NÃO	( ) JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS	( ) JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO	
		( ) SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA COM TRÂNSITO NOS AUTOS	( ) SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SEM TRÂNSITO NOS AUTOS	
		( ) NÃO É ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR	( ) VÍTIMA POSSUI LESÃO MAS NÃO HÁ NEXO COM O ACIDENTE	
		( ) REGULAÇÃO 2 (AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO DUT)	( ) REGULAÇÃO 8	
( ) OUTROS:				
VERIFICAÇÃO MEGADATA				
PAGAMENTO ADMINISTRATIVO	( ) SIM ( ) NÃO			
NATUREZA DO SINISTRO :	( ) 1 - MORTE ( ) 2 - INVALIDEZ ( ) 3 - DAMS ( ) OUTRA			
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$ : SEM PGTO ADM	NAT:	RUBRICA LÍDER:	
	DATA DO PGTO: __/__/__			
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$ :	NAT:		
	DATA DO PGTO: __/__/__			
PAGAMENTO JUDICIAL	R\$ :	NAT:		
NATUREZA DO PGTO (TELA 30) :	DATA DO PGTO: __/__/__			

Sem Impeditivo



ESTADO DE RORAIMA  
PODER JUDICIÁRIO  
5ª VARA CÍVEL

### TERMO DE AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO


Processo nº 0714686-56.2013.823.0010

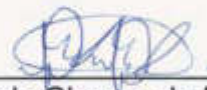
Autor: Romir Gomes Amorim


Réu: Seguradora Líder Dos Consórcios Do Seguro Dpvt S/A

Em 22 de agosto de 2013 na sala de audiências da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, no Edifício do Fórum Sobral Pinto, sob a presidência do Meritíssimo Juiz de Direito, Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti, foi aberta, às 08:20 horas, a audiência de conciliação referente ao processo e às partes acima identificados (Conciliação DPVAT – Portaria nº. 05/2013, de 26/06/2013). Presentes o advogado da parte autora, Dr. Claybson Cesar Baia Alcantara (OAB/RR 505), e a preposto da parte ré, Sra. Fabiola Chaves de Paula (CPF nº 010.190.952-70), acompanhada de seu advogado, Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB/RR 393-A). Aberta a audiência, a tentativa de conciliação restou frustrada em razão à ausência da parte autora, o que impossibilitou a realização da perícia médica. O advogado da autora requereu a redesignação da perícia e da audiência para o próximo mutirão DPVAT. Nada mais havendo, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo, que vai por todos assinado, e que eu, Jéssica Couto Miranda, digitei.

\_\_\_\_\_  
M.M. JUIZ

  
\_\_\_\_\_  
Claybson Cesar Baia Alcantara  
Advogado Parte Autora

  
\_\_\_\_\_  
Fabiola Chaves de Paula  
Preposta Parte Ré

  
\_\_\_\_\_  
Alvaro Luiz da Costa Fernandes  
Advogado Parte Ré



**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

**Informações da Vítima**Nome completo: Romir Gomes AmorimCPF: 164.124.602-25

Endereço completo: \_\_\_\_\_

**Informações do acidente**Local: CoomeData do Acidente: 05/11/2012**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº \_\_\_\_\_, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 3ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Boa Vista - RR.

Local, data: 11-11-2013Romir Gomes Amorim  
Assinatura da vítima**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

torax - costelas trauma em região

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

de intubação trauma contuso em região

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Dr. Gustavo Adolfo P. da Silva Jr.  
CREMEC 4302  
CPF 485966803-06  
Médico Do Trabalho

CNIS30A.



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

trauma cervical

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:  
☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total  
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
b) ☒ Parcial  
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:  
b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).  
b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

- 1ª Lesão trauma cervical ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa  
2ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa  
3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa  
4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

tratamento cirúrgico trauma contuso

Local e data da realização do exame médico:

Boa Vista 11/11/2013

Assinatura do médico - CRM

[Assinatura]

30B

Dr. Gustavo Adolfo P. da Silva  
CREMEC 6202  
CPF 485966803-06  
Médico Do Trabalho

Dr. Mauro Luiz Schmitz Ferreira  
Médico  
CRM-RR 559



Operação realizada com sucesso.  
Protocolo: 855118920140114101129

Processo 0714686-56.2013.8.23.0010 -  
(227 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: DIREITO CIVIL

Assuntos Secundários: 7621 - Seguro

Nível de Sigilo: Público







Dados do Processo

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realçar  
Movimentos de:  Magistrado  Servidor  Advogado  Promotor  Procurador  Outros

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
 25	14/01/2014 10:11:29	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES Advogado
<div>Arquivo: Restrição na Visualização</div> <div>Ass.: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES,</div> <div>Restrição na Visualização</div> <div>Sigilo Mínimo</div>			

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA(O) 5ª(O)  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

**Autos nº 0714686-56.2013.823.0010**

**Autor: ROMIR GOMES AMORIM**


**Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT,**

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para informar o cumprimento do acordo realizado entre as partes, conforme comprovante de depósito judicial no valor de R\$ 1485,00 (um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).

**Reitera que doravante intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES.**

***Nestes termos, pede deferimento.  
Rio Branco, 13 de janeiro de 2014.***



Florindo Silvestre Poersch  
OAB/AC nº 800



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: ROMIR GOMES AMORIM

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

BOA VISTA - 5 VARA CIVEL

Processo: 0714686-56.2013.823.0010 - ID 08121000000321973

Guia c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)>Governo>Judiciario>Guia Dep.Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.

08/01/2014 - BANCO DO BRASIL - 13:06:00  
571215971 02

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800044628809186200000000148500  
NOSSO NUMERO 16107880044628809  
CONVENIO 01610788  
SISTEMA DJD - DEPOSITO JUDICIAL  
AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159  
DATA DO PAGAMENTO 08/01/2014  
VALOR DO DOCUMENTO 1.485,00  
VALOR COBRADO 1.485,00

NR.AUTENTICACAO D.2FC.FD4.279.6CE.FDD  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	Contra Apresentação	1.485,00
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-X	16107880044628809	